

Maria José Fernandes da Silva Araújo¹Edmar Peixoto de Lima²**RESUMO**

Neste trabalho, propõe-se uma análise linguística direcionada à compreensão e ao funcionamento linguístico-textual e enunciativo do gênero, observando como essa prática pode favorecer a construção de sentidos dos textos e quais as suas implicações no ensino de Língua Portuguesa. Para tanto, adota-se a noção de gênero discursivo postulada por Bakhtin (2011 [1992]) e reconstruída por Adam (1997). Em relação à análise linguística, este artigo segue os estudos de Bezerra e Reinaldo (2013), abordando, assim, o caráter discursivo das práticas de análise linguística. No tocante à metodologia, propõe-se uma abordagem pautada na *Análise Textual dos Discursos* (ADAM, 2011 [2008]). A partir de tais pressupostos, busca-se compreender como as práticas de análise linguística podem contribuir com um ensino condizente com a concepção interacional e funcional da língua. Este trabalho se justifica, a nosso ver, por salientar fatores relevantes no âmbito dos estudos linguísticos, porque se propõe a analisar os processos de construção dos textos, responsáveis pelas formações sociodiscursivas.

Palavras-chave: Análise linguística. Gêneros discursivos. Ensino de Língua Portuguesa.

ABSTRACT

This work proposes a linguistic analysis aimed at the comprehension and the linguistic-textual and enunciative functioning of genre, observing how such practice can favor the construction of meanings in texts and what are its implications for the teaching of Portuguese language. Therefore, the concept of speech genre, postulated by Bakhtin (2011 [1992]) and reconstructed by Adam (1997), is assumed. With regard to linguistic analysis, this article is informed by the work of Bezerra and Reinaldo (2013), thus addressing the discursive feature of linguistic analysis methods. As for the methodology, an approach based on *L'analyse Textuelle des Discours* (ADAM, 2011 [2008]) is proposed. Such assumptions are the starting point to understand how linguistic analysis methods can contribute to a teaching practice that is consistent with the interaccional and functional conception of the language. This work is justified, in our view, because it highlights relevant factors in the context of linguistic studies, thus it aims to analyze the texts development process, responsible for socio-discursive formations.

Keywords: Linguistic analysis. Speech genres. Portuguese Language Teaching.

¹ Docente da Secretaria Estadual da Educação do Estado do Rio Grande do Norte (SEEC/RN). Doutoranda em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pau dos Ferros/RN, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3969-0729>. Email: masefernandes@hotmail.com.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) e do Departamento de Letras Vernáculas (DLV/FALA) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza/CE, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8827-1136>. Email: professoraedmar@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

No contexto escolar, observa-se que ainda persistem ações didáticas ancoradas em práticas pedagógicas inadequadas à preparação dos alunos da Educação Básica, entre as quais este artigo destaca falhas de desenvolvimento das competências linguísticas³. São ações, segundo autores como Antunes (2003, 2007, 2009), pautadas em um ensino fragmentado dos eixos gramática, leitura e produção textual.

Em relação à fragmentação do ensino em eixos, as práticas de análise linguística, desenvolvidas de forma conjunta com os gêneros discursivos, implicam mudanças significativas na forma de conduzir o ensino de Língua Portuguesa, porque constituem um fazer pedagógico materializado na interação, levando o aprendiz a refletir sobre as escolhas linguísticas que ele realiza no dia a dia, nas práticas sociais de uso da língua. Ao propor o trabalho com os gêneros em sala de aula, Antunes (2009, p. 58) defende que, na “perspectiva dos gêneros, [...] as regras gramaticais ganhariam seu caráter de funcionalidade, uma vez que seriam exploradas de acordo com as particularidades de cada gênero”.

Considerando as discussões que envolvem o ensino da língua, o presente trabalho propõe uma abordagem didático-pedagógica por meio das práticas de análise linguística, observando o papel que as ações pedagógicas desempenham na construção de sentidos dos gêneros do discurso. Inclui-se, nesta proposta, incentivar o aluno a refletir sobre as características estruturais de alguns gêneros e seu funcionamento, possibilitando a contextualização nas práticas de leitura, compreensão e produção textual, além das atividades com a gramática, que priorizam as funções sociais dos textos.

Sob essa perspectiva e orientando-se pelos estudos de Bezerra e Reinaldo (2013), compreende-se a análise linguística como a ação de descrever e interpretar as questões referentes à língua em seu uso e funcionamento, voltando-se, especificamente, para as unidades texto, gênero e discurso. Por esta razão, as análises neste trabalho estão voltadas para as marcas linguísticas que caracterizam os gêneros e que, ao mesmo tempo, fazem com que estes gêneros, materializados em discursos vários, cumpram seus propósitos comunicativos.

Para a elaboração da proposta, foram tomados os subsídios teóricos da Linguística Textual (LT), que é um campo dos estudos linguísticos caracterizado pelo objeto central de suas análises: o texto. Para a LT, um dos principais desafios é, justamente, a definição do texto, muitas vezes

³ Neste trabalho, o termo competência linguística é utilizado, em linhas gerais, no sentido de conhecimento sobre as habilidades linguísticas necessárias à compreensão e à produção textual, nos diferentes contextos ou situações interacionais em que os sujeitos estão inseridos, não remetendo, especificamente, a uma ou outra abordagem teórica.





apresentado sob conceituações múltiplas, que abrangem tanto enfoques mais genéricos quanto aqueles mais estritos. A exemplo de muitos pesquisadores, busca-se, inicialmente, a noção de texto defendida por Marcuschi (2008, p.72), que afirma ser o texto “um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas”.

Convém acrescentar que um texto, enquanto unidade comunicativa, segue os critérios de textualização (coesão, coerência, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade, intencionalidade e intertextualidade) que, de acordo com Beaugrande e Dressler (1981), constituem os encadeamentos de forma e de sentido construtores da malha textual. Ainda sobre a noção de texto, Koch (2015, p. 12, grifo da autora) apresenta algumas das várias concepções de texto que fundamentaram as pesquisas em LT, no decorrer do tempo. Entre as sublinhadas pela autora, destaca-se, atualmente, a concepção de texto como “[...] *lugar de interação* entre atores sociais e de construção interacional de sentidos (abordagem de base sociocognitiva-interacional)”. Na referida obra, a autora evidencia a grande contribuição que a LT confere às pesquisas voltadas à produção textual do sentido.

Koch e Elias (2016) asseveram que, de acordo com a concepção sociocognitiva e interacional da língua, o texto não pode ser analisado sem levar em consideração os sujeitos envolvidos na interação, além dos objetivos e os conhecimentos (linguísticos, enciclopédicos e interacionais) mobilizados por estes sujeitos, os quais refletem aspectos históricos, sociais e culturais, que compõem o processo sociointerativo realizado por meio do texto. Assim sendo, ao serem adotados os fundamentos teóricos da LT, prioriza-se o texto como unidade multifacetada e central de ensino, resultado do encadeamento entre os elementos supramencionados; o texto, portanto, considerado como um modo de cognição social.

A esse respeito, Koch (2009, p. 88) discute sobre *A possibilidade de intercâmbio entre Linguística Textual e o ensino de língua materna* e, ao tecer comentários sobre as diretrizes que os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCN – LP) propõem, afirma que “[...] o professor precisa de subsídios que lhe permitam trabalhar com o texto em sala de aula de maneira não intuitiva. E estes lhe serão, em grande parte, fornecidos pela Linguística Textual.”. Quando se refere aos gêneros, a autora afirma que estes constituem uma das principais preocupações da LT. Na opinião dela, é fundamental haver um contato recíproco entre a LT e os profissionais que se dedicam ao ensino de língua materna.

Com base nestas discussões, o presente trabalho situa-se no âmbito da LT e, no tocante à metodologia, posiciona-se na perspectiva da Análise Textual dos Discursos (ADAM, 2011 [2008], p. 63), uma vez que “[...] a linguística textual tem como papel, na análise do discurso, teorizar e





descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui o texto”. Assim, de acordo com Adam (2011 [2008]), o texto e o discurso são analisados de forma vinculada, posto que o referido autor apresenta a articulação entre a Linguística Textual (LT) e a Análise do Discurso (AD).

Este trabalho justifica-se por destacar fatores relevantes no âmbito dos estudos da língua e porque propõe uma atividade didático-pedagógica que visa à análise dos processos de construção dos textos, responsáveis pelas formações sociodiscursivas. Assim, estabelece intercâmbio entre os pressupostos da LT e os profissionais que atuam na área de linguagens, contribuindo, principalmente, com o ensino da Língua Portuguesa.

A seguir, é apresentado o aporte teórico no qual o trabalho encontra-se fundamentado. Após os referenciais, expõem-se os procedimentos metodológicos que deram norte ao trabalho; em seguida, apresenta-se a proposta elaborada a partir dos estudos elencados, e, por último, são tecidas algumas considerações e reflexões sobre a presente investigação.

2 REVISITANDO CONCEITOS: GÊNEROS DO DISCURSO E ANÁLISE LINGUÍSTICA

Este trabalho insere-se no âmbito das pesquisas que se orientam por uma base dialógica, interacional e sociocognitiva, uma vez que defende a concepção de texto como *locus* da interação, cujos interlocutores constroem-se dialogicamente dentro do próprio texto, mobilizando saberes que tornam possível a construção dos sentidos.

Para desenvolver a presente investigação, adota-se a noção de gênero postulada por Bakhtin (2011 [1992]), pela razão de este autor conceber a língua como fenômeno social da interação verbal e os gêneros constituírem as diversas formas linguísticas por meio das quais os sujeitos interagem. Nessa perspectiva, dadas as condições de comunicação entre os falantes, a língua é uma atividade de natureza social, e sua forma de existência está totalmente ligada à comunicação discursiva concreta. Segundo o autor supracitado, “A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana [...]” (BAKHTIN, 2011 [1992], p. 262).

De forma peculiar, elege-se a noção linguística de gênero reconstruída e sugerida por Adam (1997). Esta escolha teórica se justifica pelo fato de o citado autor compreender os gêneros como uma categoria de ordem social, como entidades sociais compartilhadas por comunidades





sociodiscursivas. Além do caráter social, o autor atribui aos gêneros as diferentes formas e possibilidades de estruturação textual, defendendo também ser no plano genérico que ocorre a organização linguística do texto (ADAM, 1997).

As discussões tratadas neste trabalho baseiam-se também nos estudos de Bronckart (2012), que considera os aspectos sociais, interacionais e ativos de linguagem, por centralizar seus estudos nos aspectos enunciativos, nas condições de produção dos enunciados e nas situações em que são produzidos os textos (contexto de produção). Por meio do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), Bronckart (2012) trata dos conhecimentos sobre a linguagem em seus aspectos discursivos e/ou textuais, destacando que esses dois aspectos (os textos e/ou discursos) consistem em manifestações únicas da linguagem humana, das quais fazem parte as relações de interdependência relacionadas às ações e ao contexto social em que se deu a realização das práticas languageiras.

Neste sentido, ainda que utilizando o termo gênero textual e não discursivo, Marcuschi (2010) lembra a importância de conhecer de forma aprofundada o funcionamento dos gêneros, para que possa haver compreensão destes. Na visão do autor, é necessário conduzir os alunos à produção ou à análise de diferentes atividades linguísticas na qual os estudantes tenham oportunidade de identificar diversos gêneros, por meio de suas finalidades comunicativas, características estruturais, nível de linguagem, dentre outros elementos.

Para Adam (2011 [2008]), os gêneros constituem uma categoria de ordem social; porque são construções que surgem no enquadramento das práticas sociais. Os períodos e as sequências (plano de estruturação dos textos) que compõem essas práticas discursivas são elementos relevantes nas investigações, compreendidos pela análise da organização textual do discurso.

O mencionado autor elege, como foco de suas análises, a descrição e o funcionamento das unidades composicionais dos textos. Tais análises são realizadas considerando as práticas discursivas e as interações sociais que estão presentes em toda produção textual. “A ligação com a análise dos discursos é, então, concebível, e o objeto parece mais bem definido: práticas discursivas institucionalizadas, quer dizer, para nós, gêneros de discurso [...]” (ADAM, 2011 [2008], p. 60).

Ao levar em consideração as práticas discursivas institucionalizadas, o autor supramencionado evidencia a razão pela qual centraliza a noção de gênero entre o plano textual e o discursivo, pois, ao mesmo tempo em que se encontram acima do plano de texto, os gêneros enquadram-se na rota oriunda das formações sociodiscursivas e do interdiscurso.





Sob a mesma perspectiva de observação do texto e/ou do discurso, relacionados às práticas sociais, convoca-se os estudos desenvolvidos pela análise linguística como um meio que permite ampliar as reflexões sobre a escrita na sala de aula.

Embora os estudos possam apresentar concepções distintas, concebe-se, neste trabalho, a análise linguística como “[...] reflexão sobre recursos linguístico-textual-enunciativos, tanto em relação à compreensão e produção de textos orais e escritos, quanto em relação à descrição do sistema da língua” (BEZERRA; REINALDO, 2013, p. 16). Concepção que, segundo as autoras, insere-se nos estudos linguísticos realizados a partir dos anos 2000, promovidos com o objetivo de amenizar as incertezas que pairavam, especialmente, sobre os professores, no tocante aos pressupostos teórico-metodológicos orientados pelos PCN – LP. Para uma maior apropriação do tema, recomenda-se a leitura do capítulo introdutório de Bezerra e Reinaldo (2013).

Convém destacar que essa “descrição” também apresenta fins didáticos. Ela diz respeito à abordagem das unidades linguísticas que se encontram materializadas em outras unidades de análise, como o discurso, o gênero e o texto. Conforme apontam as autoras, na vertente atual da AL, os estudiosos da língua analisam as marcas linguísticas dos textos, observando os sentidos e formas de uso, além de associarem essas marcas aos elementos dos gêneros que elas integram, emergindo, daí, o caráter discursivo das práticas de análise linguística. As pesquisadoras ainda acrescentam que, a partir dos anos 1990, “[...] quando há interesse por esse componente, ele está associado à caracterização e ao funcionamento do gênero e, em relação ao discurso, ele é formado como sua materialização” (BEZERRA; REINALDO, 2013, p. 32).

Ao propor uma análise linguística vinculada aos componentes do gênero sugeridos por Bakhtin (2011 [1992]), Wachowicz (2010) orienta que tal análise seja ampliada com as contribuições de outros pesquisadores. Dentre os autores sugeridos e as respectivas teorias, estão os estudos de Adam (1992), com ênfase na relação entre as seqüências textuais e os elementos composicionais do gênero.

Considerando o exposto, compreende-se que a AL direciona-se à análise das unidades linguísticas (sequencial-composicional, semântica, enunciativa e argumentativa) presentes nos textos. Em razão destas abordagens, compreende-se que a análise tem por objetivo estabelecer as relações com as unidades mais amplas, quais sejam, o texto, o gênero e o discurso. Dando seguimento ao presente trabalho, passamos à próxima subseção, em que são expostos os níveis da Análise Textual dos Discursos.



2.1 Discutindo os níveis da Análise Textual dos Discursos

Adam (2011[2008]) estabelece, como unidade textual elementar de análise, a proposição enunciado, a qual define como o resultado de um ato de enunciação. Sobre a microunidade enunciativa e textual, o autor afirma que

Toda proposição-enunciado compreende três dimensões complementares, às quais se acrescenta o fato de que não existe enunciado isolado: mesmo aparecendo isolado, um enunciado elementar liga-se a um ou a vários outros e/ou convoca outros em resposta ou como simples continuação. Essa **condição de ligação** é, em grande parte, determinada pelo que chamaremos de orientação argumentativa (ORarg) do enunciado. As três dimensões complementares de toda proposição enunciada são: uma **dimensão enunciativa** [B] que se encarrega da representação construída verbalmente de um **conteúdo referencial** [A] e dá-lhe uma certa **potencialidade argumentativa** [ORarg] que lhe confere uma **força** ou **valor ilocucionário** [F] mais ou menos identificável. (ADAM, 2011 [2008], p. 109, grifos do autor)

Como é possível observar, Adam (2011 [2008]) defende que toda proposição-enunciado compreende as dimensões enunciativa, referencial e argumentativa, de forma articulada e complementar entre si. Dessa forma, as proposições-enunciados constituem-se em microunidades sintáticas e de sentido e se inter-relacionam por meio de operações (ligações ajustáveis) que alcançam formas organizadas e correspondentes. São ligações de significado, ligações de significante, implicações, conexões e sequências de atos de discurso, todas articuladas entre si, assegurando a continuidade textual. As ligações unem-se em níveis mais profundos de complexidade. Os níveis compõem um todo que se constitui superior à sequência linear de seus segmentos.

Adam (2011 [2008]) defende dois tipos de agrupamento de proposições-enunciados responsáveis por mantê-las unidas: os períodos e as sequências. Os períodos são fracamente tipificados, enquanto as sequências representam unidades mais complexas tipificadas, conforme esclarece o autor, a seguir:

As sequências são unidades textuais complexas, compostas de um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados: as macroproposições. A macroproposição é uma espécie de período cuja propriedade principal é a de ser uma unidade ligada a outras macroproposições, ocupando posições precisas dentro do todo ordenado da sequência. Cada macroproposição adquire seu sentido em relação às outras, na unidade hierárquica complexa da sequência. (ADAM, 2011 [2008], p. 204)

Assim, a sequência constitui uma estrutura composta por segmentos que se inter-relacionam, unindo-se ao conjunto, ou seja, ao texto como um todo. A esse respeito, Adam (2011 [2008], p. 256),



afirma que “O reconhecimento do texto como um todo passa pela percepção de um plano de texto, com suas partes constituídas, ou não, por sequências identificáveis”. Para que o texto se torne um todo configurado, segundo o linguista, são necessários dois procedimentos diferentes: “[...] o estabelecimento de uma unidade semântica (temática) global, e (pelo menos) um ato de discurso dominante” (ADAM, 2011 [2008], p. 256).

O autor explica que os planos de texto, que são denominados planos fixos e planos ocasionais, unificam a estrutura que compõe os textos, na medida em que os conjuntos de proposições não equivalem a sequências completas, dada a natureza flexível das estruturas textuais. Quando se refere aos planos de textos fixos, Adam (2011 [2008], p. 258) afirma que “Os planos de textos estão, juntamente com os gêneros, disponíveis no sistema de conhecimentos dos grupos sociais. Eles permitem construir (na produção) e reconstruir (na leitura ou na escuta) a organização global de um texto, prescrita por um gênero”.

Por outro lado, os planos de textos ocasionais são resultados de operações cujas estruturações são realizadas com base na macrossegmentação, entendidas como alíneas e separações marcadas, e nos dados dos peritextos que, de acordo com Adam (2011 [2008]), correspondem a mudanças de capítulos e entretítulos.

Os principais níveis de análise propostos pela Análise Textual dos Discursos (ATD) (ADAM, 2011 [2008]), como apontam Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010), são: um nível sequencial-composicional, em que são organizados os enunciados elementares (períodos – sequências – plano de texto); um nível enunciativo, que se firma na noção de responsabilidade enunciativa (as vozes do texto); um nível semântico, fundamentado na ideia de representação discursiva (reportam-se ao conteúdo referencial do texto) e um nível argumentativo, cuja base está nos atos de discurso implementados e na contribuição que representam para a orientação argumentativa do texto.

Seguindo os estudos de Bezerra e Reinaldo (2013), propõe-se, neste trabalho, conforme o apresentado nas seções seguintes, uma análise linguística direcionada para o funcionamento linguístico-textual e enunciativo do gênero, que contempla os níveis de análise (sequencial-composicional, enunciativo, semântico e argumentativo) propostos por Adam (2011 [2008]), por meio dos quais serão analisadas as proposições, constituintes dos planos dos textos selecionados para estudo, conforme apresentam as considerações metodológicas.

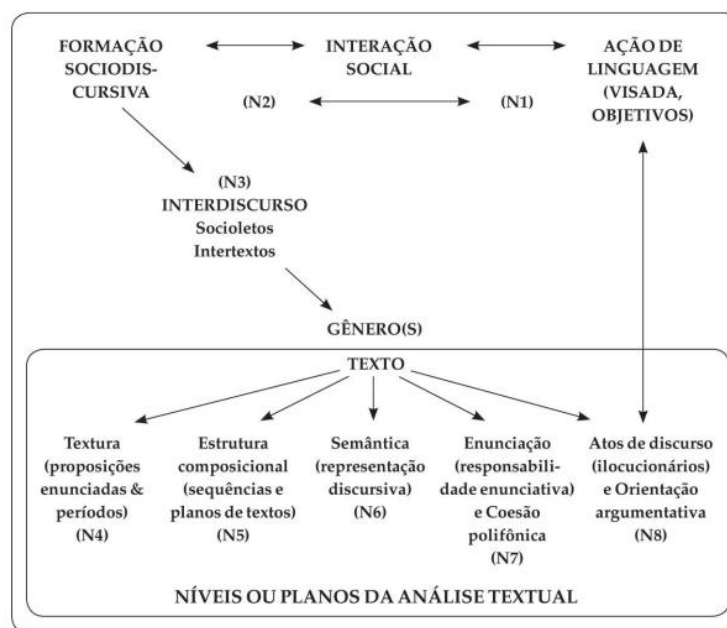


3 METODOLOGIA

A Linguística Textual é localizada, por Adam (2011 [2008]), no interior do espaço mais amplo da análise do discurso, no qual se firmam, fazem surgir e instituem as construções textuais, ponto principal de interesse do seu trabalho. Para o autor, as unidades textuais não consistem em produções linguísticas desvinculadas das formações discursivas e dos processos de construção de sentido externos ao texto. Ao contrário disso, a LT visa ao entendimento das composições, do entrelaçamento dos conectivos e dos sentidos produzidos por essas operações de textualidade.

Ao estabelecer os planos da análise textual e de discurso, Adam (2011 [2008]) propõe 8 (oito) níveis de análise. Este trabalho centra-se nos níveis estrutural-composicional (N5), semântico (N6), enunciativo (N7) e argumentativo (N8), situados na parte inferior do esquema 4, conforme Figura 1.

Figura 1 – Esquema 4: Níveis ou planos da Análise de Discurso



Fonte: Adam (2011 [2008], p. 61)

A proposta do autor tem como objetivo pensar o texto e o discurso a partir de novas categorias. Adam (2011 [2008]) define a ATD como uma teoria da produção co(n)textual de sentido, que se fundamenta na análise de textos concretos.

Seguindo o que propõe Adam (2011 [2008]) e em consonância com Bezerra e Reinaldo (2013), sugere-se, para o trabalho em sala de aula, uma análise linguística pautada na reflexão a respeito dos recursos linguístico-textual-enunciativos de textos orais e escritos. Para isso, proceder-



se-á com a análise das unidades linguísticas, presentes em textos selecionados para estudo, de acordo com cada nível de análise (sequencial-composicional, semântica, enunciativa e argumentativa) estabelecendo, assim, relações entre os elementos linguísticos e as unidades maiores – o texto, o gênero e o discurso.

Inicialmente, deverão ser selecionados textos concretos, de relevância social, pertencentes a diferentes gêneros e estruturas sequenciais e composicionais também diversificadas. Tendo em vista as características linguísticas e enunciativas dos textos escolhidos e os objetivos previamente traçados pelo professor, serão adotados os mecanismos linguísticos a serem analisados de acordo com os níveis sequencial-composicional, enunciativo, semântico e argumentativo de análise proposto pela Análise Textual dos Discursos (ADAM, 2011 [2008]).

Os textos selecionados para estudo devem ser analisados com base na observação das relações entre os seus elementos (estruturais, semânticos, enunciativos e argumentativos) elencados a partir dos referidos níveis de análise e as funções sociais dos respectivos textos, refletindo sobre a importância da análise linguística na construção do sentido. Vale salientar que cada texto apresentará possibilidades de análise distintas, a depender de sua arquitetura linguística, tipo e gênero.

O nível da estruturação sequencial corresponde à organização linear do texto, para o qual Adam (2011 [2008]) propõe dois tipos de construção: as combinações de sequências (coordenadas, inseridas e alternadas) e a sequência dominante (narrativa, argumentativa, explicativa, descritiva ou dialogal). Dependendo do gênero discursivo a que pertence o texto a ser analisado, os elementos da sequência dominante proporcionarão subsídios importantes para a reflexão e construção do sentido. Na *sequência narrativa*, tem-se as cinco macroproposições de base: *situação inicial*; *nó*; *avaliação*; *desenlace*; *situação final*. Na *sequência argumentativa*, o autor destaca os seguintes elementos: *tese anterior*; *dados (fatos)*; *conclusão*. A *sequência explicativa* apresenta a seguinte estrutura: *esquematisação inicial de um objeto complexo*; *problema (procura das causas)*; *explicação (resolução)*. A *sequência descritiva* envolve: operações de *tematização*; *aspectualização*; *relação*. Sendo a *sequência dialogal*, Adam (2011 [2008]) aponta as seguintes macroproposições: *intercâmbio de abertura*; *sequência transacional (pergunta – resposta – avaliação)*; *intercâmbio de fechamento*.

Quanto à análise referente às Representações discursivas (nível semântico) dos textos selecionados (N6), adota-se a proposta de Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010) que, partindo dos estudos de Adam (2011 [2008]), redefinem as categorias semânticas em: *referência*, *predicação*, *aspectualização*, *relação e localização*. A *referência* consiste nas designações que se realizam por meio dos objetos de discurso; a *predicação* refere-se à seleção dos predicados; a *aspectualização* diz respeito às





características dos referentes e predicacões; a *relação* consiste na assimilação/dissimilação e nas ligações entre enunciados; a *localização* está relacionada às circunstâncias de espaço e tempo em que estão inseridos os participantes e seus respectivos processos interativos.

No nível enunciativo (N7), elegem-se, para as análises dos textos, as oito categorias propostas por Adam (2011 [2008]) e também seguidas por Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010), que são: (1) *os índices de pessoas*; (2) *os dêiticos espaciais e temporais*; (3) *os tempos verbais*; (4) *as modalidades*; (5) *os diferentes tipos de representação da fala*; (6) *as indicações de quadros mediadores*; (7) *os fenômenos de modalização autonímica* e (8) *as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados*. Os *índices de pessoas* referem-se aos pronomes e aos possessivos marcadores de pessoas; *os dêiticos espaciais e temporais* consistem principalmente em advérbios, adjetivos, grupos nominais e preposicionais; *os tempos verbais* destacam os diferentes planos de enunciação – pretérito, presente, futuro; *as modalidades* estão relacionadas aos enunciados opinativos, afetivos, avaliativos; *os diferentes tipos de representação da fala* consistem nas diversas formas por meio das quais o discurso pode ser apresentado – discurso direto, discurso indireto, discurso indireto-livre; *as indicações de quadros mediadores* representam marcadores e alguns tipos de modalização; *os fenômenos de modalização autonímica* equivalem aos enunciados metaenunciativos (reflexivos do dito sobre o dizer); *as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados* constituem-se dos efeitos perceptivos como ver, ouvir, sentir, entre outros.

Com relação ao nível argumentativo (N8), o presente trabalho sugere a análise, nos textos em estudo, dos *conectores argumentativos: marcadores do argumento* (porque, já que, uma vez que, que, pois, com efeito, como, mesmo, aliás, entre outros); *marcadores da conclusão* (portanto, então, em consequência, entre outros); e *conectores contra-argumentativos* (mas, porém, contudo, entretanto, no entanto, certamente, embora, apesar de que, ainda que, entre outros).

A partir desses procedimentos metodológicos e das bases teóricas anteriormente elencadas, apresenta-se, a seguir, uma proposta de análise linguística voltada para os elementos discursivos que compõem o gênero artigo de opinião. As operações de análise investigarão a importância dos elementos linguísticos, semânticos, enunciativos e argumentativos na construção de sentido do referido texto.



4 PRÁTICAS DE ANÁLISE LINGUÍSTICA VOLTADAS PARA O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

No intuito de expor, a título de exemplo, o que se propõe neste trabalho, elegeu-se um artigo de opinião escrito por Rafael Muñoz, coordenador da área econômica do Banco Mundial para o Brasil, que discorre sobre o desastre ambiental ocorrido em Brumadinho-MG, no dia 25 de janeiro de 2019. O artigo⁴ foi publicado originalmente no jornal *Folha de São Paulo*, em 12 de fevereiro de 2019. A escolha desse texto pode ser justificada pela relevância social da temática nele discutida. Além disso, ao selecionar um texto de estrutura sequencial argumentativa, como o artigo de opinião, o professor oportuniza ao aluno desenvolver competências linguísticas e habilidades de interpretação voltadas para textos argumentativos, cuja estrutura é organizada em torno de um ponto de vista defendido pelo autor, compreendendo, a nosso ver, atividade relevante de análise textual.

Faz-se necessário reiterar que este trabalho traz uma proposta direcionada aos estudantes da Educação Básica, que pode ser desenvolvida nos Anos Finais do Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, cabendo ao professor a realização das devidas adequações, de acordo com o nível de ensino e a série, de maneira que possa trazer contribuições didáticas significativas. A seguir, expõe-se a análise do texto nos níveis sequencial-composicional e argumentativo, de forma simultânea. Na sequência, apresentam-se as análises nos níveis semântico e enunciativo, respectivamente.

4.1 O nível sequencial-composicional e o nível argumentativo

Conforme mostrado nos aportes teórico-metodológicos, o nível da estruturação sequencial refere-se à organização linear do texto. Tendo em vista que o texto a ser analisado constitui um artigo de opinião, gênero discursivo, cuja finalidade comunicativa consiste em apresentar um ponto de vista sobre a catástrofe de Brumadinho-MG, a sequência textual dominante é a argumentativa, por meio da qual serão analisados os seguintes dados: *tese anterior*; *dados (fatos)*; *conclusão*. Quanto ao nível argumentativo, o presente trabalho sugere a análise dos *conectores marcadores do argumento*; *marcadores da conclusão* e *conectores contra-argumentativos*.

Para conduzir os estudantes à compreensão dos argumentos construídos pelo autor, o professor deve despertar a atenção dos discentes para o uso dos conectores “*por causa do*”, “*no*

⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/rafael-munoz/2019/02/o-que-podemos-aprender-com-a-catastrofe-de-brumadinho.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2019.



entanto”, “*mas*” e “*porém*”, responsáveis, no texto, pela articulação das informações. O referido autor, na intenção de defender a tese de que a causa do desastre foi a falta de implementação das leis e de inspeções frequentes, argumenta que os direcionamentos para identificação de anormalidades nas estruturas das barragens já existiam antes do desastre ambiental de Brumadinho, entretanto as normas não foram cumpridas ou monitoradas de forma efetiva, conforme pode ser observado nos seguintes trechos: “[...] o governo publicou uma portaria que recomenda a fiscalização [...] **No entanto**, tudo isso já está previsto na PNSB [...]”; “No Brasil, a avaliação de segurança de barragens é feita por meio de inspeções periódicas [...] **Porém**, ela só se torna eficaz se acompanhada de testes regulares [...] “A legislação brasileira é robusta [...] **Porém**, há falta de clareza sobre o papel [...] de cada instituição [...]”; “[...] muitas medidas foram discutidas, **porém** poucas foram efetivamente implementadas.” (grifos nossos).

Ao analisar as funções dos conectivos contra-argumentativos em destaque – que aparecem ligando ideias opostas –, o aluno perceberá a importância desses elementos coesivos (conjunções adversativas, segundo a nomenclatura da gramática tradicional) na organização estrutural-composicional e, conseqüentemente, na construção de sentidos do texto, atentando para o fato de que são estes conectivos os responsáveis pela significação que o locutor pretende atribuir, fazendo com que o texto cumpra seu propósito comunicativo. Os dados sequenciais e argumentativos do texto podem ser organizados da seguinte maneira:

- *Tese anterior*: “Vários especialistas já alertavam sobre os riscos das barragens”; “A legislação brasileira é robusta”; “tudo isso já está previsto na PNSB (Plano Nacional de Segurança de Barragens)”

MAS

- *Dados (fatos)*: “Não são as políticas que falharam, mas sim a sua implementação”; “poucas [medidas] foram efetivamente implementadas”

PORTANTO

- *Conclusão*: A causa do desastre na barragem de mineração em Brumadinho foi a falta de implementação efetiva das leis e inspeções frequentes.

Como pode ser observado, a análise linguística conduz à compreensão linguístico-textual e enunciativa do texto/gênero pela reflexão sobre a funcionalidade dos elementos composicionais da



sequência argumentativa (conectivos contra-argumentativos), por meio dos quais é possível atribuir sentido ao texto.

4.2 O nível semântico

O nível semântico corresponde ao conteúdo referencial do texto, às representações discursivas. No texto analisado, o autor utiliza substantivos (que correspondem às referências), adjetivos (aspectualizações), verbos (predicações) que expressam, de forma subjetiva, o rompimento da barragem de mineração em Brumadinho. Serão destacados apenas os que representam melhor a posição do autor. Substantivos: “desastre”, “tragédia”, “riscos”, “danos”, “anomalias”, “busca”, “salvamentos”, “resgates”, “punição”, “culpados”; adjetivos: (número de) “afetados”, (danos) “ambientais”, (dano) “potencial”, (legislação) “robusta”, “alto” (risco); verbos: “alertavam”, “falharam”, “monitorar”, “fiscalizar”, “intervir”, “prevenir”.

A escolha desses termos deixa clara a posição assumida pelo autor, que os utiliza com o objetivo de convencer o seu interlocutor de que o rompimento da barragem ocorreu por negligência dos responsáveis e que os culpados devem ser punidos. Assim, defende-se que a reflexão sobre as representações discursivas que remetem ao conteúdo referencial favorece a construção de sentidos do texto e revela o posicionamento do locutor do texto. Convém salientar que o artigo de opinião tem a pretensão de convencer o interlocutor sobre as ideias apresentadas no texto. Por essa razão, as escolhas lexicais apresentadas no artigo revelam as convicções a que o produtor do texto se vincula.

4.3 O nível enunciativo

Este nível de análise corresponde às vozes presentes no texto, à responsabilidade enunciativa. Em diversos trechos do texto analisado, o autor utiliza palavras ou expressões que remetem aos enunciadores responsáveis pelas informações. São elementos linguísticos indicados por diversas unidades, conforme mencionados anteriormente. No texto em estudo, são destacadas, para análise, as seguintes passagens: “*Vários especialistas* já alertavam sobre os riscos” (Representação da fala: discurso indireto); “*o governo* publicou uma portaria que *recomenda* a fiscalização” (Representação da fala); “*De acordo com* a ANA (Agência Nacional de Água), existem 790 barragens de rejeito de mineração” (Quadro mediador); “*Infelizmente* [...] não são as políticas que falharam” (Modalidade).





Ao mesmo tempo em que se reporta aos enunciadores que constituem as fontes dos enunciados, conferindo veracidade às informações, o locutor utiliza outras estratégias enunciativas que contribuem para alcançar os seus objetivos, tais como os termos modalizadores. Assim como nos demais níveis e categorias, a análise linguística realizada por meio do nível enunciativo contribui de forma significativa para a compreensão textual, propondo o contato com as diferentes vozes que circulam no texto e incentivando o aluno a refletir sobre a origem dos enunciados.

Portanto, ao realizar a análise linguística do texto, pelo viés da Análise Textual dos Discursos (ADAM, 2011 [2011]), os sujeitos envolvidos no processo observarão a relação entre os elementos textuais (estruturais, semânticos, enunciativos e argumentativos) elencados a partir dos referidos níveis de análise, e as funções sociais dos respectivos textos. Ademais, as análises textuais que partem de discussões como as realizadas neste artigo poderão motivar reflexões sobre a importância da análise linguística na construção dos sentidos dos diferentes textos. A seguir, encerrando o artigo, algumas considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões tratadas neste trabalho possibilitam reflexões sobre a análise linguística voltada para o estudo dos gêneros discursivos, buscando investigar, por meio do aporte teórico-metodológico adotado, de que forma as análises contribuem para a construção de sentidos dos textos, proporcionando subsídios importantes para o trabalho do profissional de ensino de Língua Portuguesa, na Educação Básica, não só no eixo de análise linguística, mas também no eixo de uso da língua (prática de leitura e da produção textual).

Considerando a persistência, no contexto escolar, de ações didáticas ainda pautadas em práticas pedagógicas fragmentadas/descontextualizadas ou que utilizem o texto apenas como pretexto para a realização de atividades de identificação de termos gramaticais, apenas para exemplificar, é fundamental que os pesquisadores e os estudiosos da língua desenvolvam propostas que abordem o caráter funcional dos aspectos gramaticais. Com este propósito, o ensino de língua contribuirá efetivamente para o desenvolvimento das competências linguísticas e discursivas dos alunos.

Neste sentido, partindo de uma perspectiva interacional e dialógica dos estudos linguísticos, e seguindo os percursos traçados pela Linguística Textual, o presente trabalho propõe mudanças significativas na abordagem dos gêneros discursivos a partir de um fazer pedagógico que desperta, no





aprendiz, um olhar crítico sobre as escolhas linguísticas que ele realiza nas suas práticas sociais diárias.

Os caminhos que a Linguística de Texto proporciona para um ensino profícuo têm sido referência, inclusive, para a elaboração de parâmetros e diretrizes curriculares em âmbito nacional, conforme destacado por Koch (2009), a qual argumenta sobre as contribuições que a LT proporciona aos estudos direcionados à produção de sentidos e sobre a necessidade de intercâmbio entre esse ramo da linguística e os profissionais da língua.

Assim como muitos outros pesquisadores, também não se pretende, com esta abordagem, divulgar uma “receita” capaz de resolver os problemas de aprendizagem em leitura e produção textual. Contudo, busca-se despertar, especialmente nos professores de Língua Portuguesa, um olhar para os fundamentos teórico-metodológicos da Análise Textual dos Discursos (ADAM, 2011 [2008]), tendo em vista a relevância didático-pedagógica que um estudo dessa natureza representa na análise de textos concretos, realizada a partir de seus elementos estruturais, semânticos, enunciativos e argumentativos. Por ora, conclui-se que as práticas de análise linguística voltadas para os gêneros de discurso, pelo viés da Análise Textual dos Discursos, constituem procedimentos relevantes na construção de sentido dos textos, pois funcionam como subsídios que viabilizam o trabalho com o texto em sala de aula de maneira consciente. Constitui, portanto, uma análise pautada na reflexão acerca da funcionalidade dos recursos linguísticos, textuais e enunciativos direcionada às práticas sociais de linguagem.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. **Les textes**: types et prototypes. Paris: Nathan, 1992.

ADAM, J. M. Genres, textes, discours: pour une reconception linguistique du concept de genre. **Revue belge de philologie et d'histoire**, v. 75, n. 3, p. 665-681, 1997.

ADAM, J. M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução: Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011 [2008].

ANTUNES, I. **Aula de português**: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.





ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 3. ed. Introdução e tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011 [1992].

BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. **Introduction to text linguistics**. London: Longman, 1981.

BEZERRA, M. A.; REINALDO, M. A. **Análise linguística: afinal, a que se refere?** São Paulo: Cortez, 2013.

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. Tradução: Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2012.

KOCH, I. V. A possibilidade de intercâmbio entre linguística textual e o ensino de língua materna. **Veredas – Revista de Estudos Linguísticos**, v. 5, n. 2, p. 85-95, 2009.

KOCH, I. V. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. O texto na linguística textual. *In*: BATISTA, R. O. (org.). **O texto e seus conceitos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. p. 31-44.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). **Gêneros textuais e ensino**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 19-38.

MUÑOZ, R. O que podemos aprender com a catástrofe de Brumadinho. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 fev. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/rafael-munoz/2019/02/o-que-podemos-aprender-com-a-catastrofe-de-brumadinho.shtml>.

RODRIGUES, M. G. S.; PASSEGGI, L.; SILVA NETO, J. G. “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de renúncia. *In*: RODRIGUES, M. G. S.; PASSEGGI, L.; SILVA NETO, J. G. (org.). **Análises textuais e discursivas: metodologias e aplicações**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 150-208.

WACHOWICZ, T. C. **Análise linguística nos gêneros textuais**. Curitiba: IBPEX, 2010.





Anexo 1

ARTIGO: O que podemos aprender com a catástrofe de Brumadinho

Por Rafael Muñoz, coordenador da área econômica do Banco Mundial para o Brasil*

Três anos após o maior desastre ambiental da história do Brasil, em Mariana, nos defrontamos com mais uma tragédia, com o rompimento de uma barragem de mineração em Brumadinho. Vários especialistas já alertavam sobre os riscos das barragens a montante que não deveriam ser utilizados em países úmidos como o Brasil, por causa do alto risco de infiltração. Enquanto o governo continua a realizar buscas, salvamentos e resgates, e atender a população afetada, esta tragédia já pode ser considerada uma das maiores da história do Brasil dado o número de afetados e os danos ambientais.

Enquanto aguardamos os laudos finais da perícia sobre as causas deste acidente, é necessário repensar o modelo de gestão da segurança de barragens e de gestão de riscos de desastres no Brasil. De acordo com a ANA (Agência Nacional de Água), existem 790 barragens de rejeito de mineração de um total de mais de 24 mil barragens no país, a maioria de pequeno porte. Todas as barragens são categorizadas com base no risco de rompimento e no potencial impacto que causarão nas comunidades próximas e no meio ambiente em caso de acidente. Após a tragédia em Brumadinho, o governo publicou uma portaria que recomenda a fiscalização de todas as barragens com alto dano potencial associado e cobra os órgãos fiscalizadores para que exijam das empresas responsáveis a atualização dos seus planos de segurança. No entanto, tudo isso já está previsto na PNSB (Plano Nacional de Segurança de Barragens). Fica portanto a pergunta: por que este acidente aconteceu e, além disso, o que fazer para que haja mecanismos de previsão e alerta para que eventos como esses possam ser evitados e as consequentes tragédias jamais se repitam?

Como sabemos, qualquer barragem tem um risco que precisa ser gerenciado de forma efetiva e transparente para minimizar a probabilidade de rompimento e os potenciais danos a jusante. No Brasil, a avaliação de segurança de barragens é feita por meio de inspeções periódicas para identificação de anomalias estruturais e funcionais do barramento e de suas estruturas auxiliares. Essa avaliação é o principal instrumento para auditoria e prevenção de possíveis acidentes. Porém, ela só se torna eficaz se acompanhada de testes regulares para assegurar o comportamento correto e o bom funcionamento, dentre outros, de sensores de pressões internas, estáticas e hidráulicas da barragem – os “piezômetros”. Auditorias independentes são necessárias para assegurar que os instrumentos estão funcionando e os dados gerados sejam confiáveis e representativos da situação real do barramento.

Além disso, a coleta, interpretação e divulgação dos dados precisam ser feitas de forma mais transparente e automatizada, com acesso direto por órgãos de fiscalização e controle do Estado, bem como de todos os atores envolvidos na gestão dos riscos. Esses dados não devem ser tratados como sigilosos, mas prontamente disponibilizados a especialistas independentes dos órgãos públicos. O que está em jogo é o risco dos afetados, da população e do meio ambiente a jusante da barragem, sendo que o poder público, responsável pela segurança e preservação ambiental, deve intervir com agilidade para prevenir ou responder aos vários estágios e situações de emergência que possam advir. Problemas devem ser detectados com antecedência e medidas preventivas e corretivas devem ser discutidas e adotadas rapidamente. Ainda que não saibamos em detalhes as causas do rompimento em Brumadinho, é certo que nenhuma barragem se rompe sem dar sinais prévios de vulnerabilidade. Resta saber se houve problemas na coleta, no gerenciamento ou na divulgação dos dados.

Sabendo-se que, mesmo com a melhor engenharia e monitoramento do mundo, sempre haverá um risco “residual” de um eventual acidente, precisamos investir muito no gerenciamento integrado de riscos de desastres. Infelizmente, desastres fazem parte do nosso dia a dia como foi mais uma vez evidenciado com as chuvas torrenciais no Rio de Janeiro na semana passada. A tendência é que eventos extremos como esse se agravem com as visíveis e severas mudanças climáticas, embora, infelizmente, o maior problema não seja climático, mas sim a falta de percepção e de reconhecimento do perigo e a ausência de políticas e planejamento efetivo e preventivo, visando evitar e atenuar os riscos. O Chile, o Japão e a Holanda são bons exemplos de países que investiram muito na redução de riscos de perigos naturais que sempre existirão (como



terremotos e enchentes) com engenharia, planejamento e sistemas eficazes de resposta a emergências, minimizando impactos sociais e econômicos.

Assim, é necessário ir além da fiscalização, da recuperação ou do descomissionamento destas barragens, que devem levar anos. É necessário desenvolver sistemas integrados de redução de riscos. A começar, precisamos fortalecer rapidamente os sistemas de alerta e de resposta a acidentes, principalmente nas comunidades próximas às barragens de alto risco. Além dos sistemas de alarmes sonoros, deverá ser cogitado o desenvolvimento de aplicativos para alertar a população. O planejamento e ocupação territorial é talvez a ferramenta mais importante para reduzir riscos. Retirar antecipadamente habitantes e evitar a ocupação de áreas de alto risco e de amortecimento, muito próximas às barragens, deve ser efetivada como medida de redução de impactos. A onda de rejeitos chegou às instalações da empresa e em Brumadinho em poucos segundos, impossibilitando qualquer evacuação pós-rompimento. Canteiro de obras e outras atividades não essenciais relacionados a barragens (tal como o refeitório diretamente afetado) devem ser planejados a montante de barragens. Finalmente existem maneiras de conter e direcionar a fluxo de rejeito com barragens emergenciais a jusante da barragem em análise. Esse planejamento integrado de riscos deve se iniciar imediatamente e em paralelo à recuperação do acidente de Brumadinho. Porém, é importante integrar todos os outros riscos relacionados a enchentes, desmoronamentos e outros desastres que se tornaram “corriqueiros e recorrentes” no Brasil.

Infelizmente, como em muitas outras ocasiões, não são as políticas que falharam, mas sim a sua implementação. A legislação brasileira é robusta, comparável, e, em alguns casos, mais severa, que a de outros países no mundo. Porém, há falta de clareza sobre o papel, incumbências e responsabilidades de cada instituição nos âmbitos federal, estadual e municipal, e sobre a capacidade para monitorar e fiscalizar o cumprimento das normas (que devem ser constantemente aperfeiçoadas, principalmente após situações limites como o dessas ocorrências), o tão famoso “compliance”. O licenciamento ambiental no Brasil, por exemplo, é desproporcionalmente burocrático com o licenciamento de certos empreendimentos de pequeno porte e baixo risco. Os requerimentos e a documentação vão muito além da capacidade dos próprios órgãos públicos em processá-los e prová-los, atrasando obras ou simplesmente deixando empreendimentos em situação irregular. Por outro lado, falta fiscalização e indenização efetiva de obras e empreendimentos de grande porte e risco, onde muitas vezes interesses específicos prevalecem acima da lei. Esses projetos de grande risco precisam, muito além do licenciamento, um monitoramento diferenciado das áreas passíveis de serem afetadas, instruindo possíveis e/ou necessárias medidas, ações e obras de prevenção.

Após o desastre em Mariana, muitas medidas foram discutidas, porém poucas foram efetivamente implementadas. Esperamos que desta vez haja um acompanhamento mais contundente, envolvendo todos os interessados e todos os atores, e assegurando a punição dos culpados e que todas as medidas identificadas sejam adotadas, implementadas e monitoradas.

**Coluna escrita em colaboração com Paul Procee, coordenador da área de Desenvolvimento Sustentável do Banco Mundial no Brasil.*

Artigo recebido em: 05/01/2021

Artigo aprovado em: 21/06/2021

Artigo publicado em: 01/09/2021

COMO CITAR

ARAÚJO, M. J. F. da S.; LIMA, E. P. de. Análise linguística a serviço dos gêneros discursivos no ensino de Língua Portuguesa. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 10, p. 1-19, e02112, 2021.

